



**Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO  
EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DOUTORA  
CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA**

**Distribuição por Dependência ADI 5.794/DF**

**Relator – Ministro Edson Fachin**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES E  
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DAS FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS E  
PREFEITURAS MUNICIPAIS**, doravante denominado CSPM, inscrito no  
CNPJ/MF 18.708.588/0001-06 e no Ministério do Trabalho e Emprego,  
Secretaria de Relações do Trabalho, Coordenação de Registro Sindical sob o  
número 46000.006832/2013-63, com sede e foro na cidade de Brasília – DF,  
na SGAS Quadra 610, Modulo “C”, Lote 70, C.E.P. 70200-700, por seus  
advogados nos termos dos documentos e atos constitutivos em anexo, com  
fundamento nos **artigos 102, I, “a”**; e da **parte final do inciso IX do artigo  
103/CF c/c inciso IX do artigo 2.º Lei n. 9.868/99**, vem, respeitosamente, à  
presença de Vossa Excelência, para interpor

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM CARATER LIMINAR  
INAUDITA ALTERA PARS**

em face da **UNIÃO FEDERAL, na pessoa de seus entes PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA e CONGRESSO NACIONAL (SENADO E CÂMARA  
FEDERAL), a serem citados nesta capital federal com endereço de  
conhecimento público e notório, diante da flagrante  
inconstitucionalidade da Lei Federal n.º 13.467 de 13/07/2017,  
especificamente dos seguintes dispositivos:**

- Artigo 1º, que alterou os artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587, 602 e,  
Artigo 5.º, alíneas “k” e “L” do inciso I, que revogaram os artigos 601 e  
604 da C.L.T. todos constantes da respectiva Lei n.º 13.467/2017;



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

### PREAMBULO

Ínclitos, Doutos, Cultos e Respeitáveis Ministros da nossa mais alta Corte de Justiça, **com suporte no princípio de que nenhuma lesão de direito poderá ser excluída da apreciação do Poder Judiciário**, *permissa vênia magna* de Vossas Excelências, a Confederação ora impetrante da presente Ação Direta de Inconstitucionalidade face a atribuição dessa Colenda Corte no tocante ao exercício geral do controle de constitucionalidade das leis, entendendo pela nítida, clara e cristalina inconstitucionalidade da Lei n.º 13.467/2017, pela sua forma, outro caminho não pode trilhar senão o de bater as portas deste Supremo Tribunal Federal para obter a declaração de inconstitucionalidade da respectiva norma legal, em razão do seguinte:

Como é cediço, o ordenamento de toda e qualquer nação juridicamente organizada obedece a princípios de hierarquia legal de modo que uma lei menor não pode alterar o que é estabelecido em lei maior.

Inobstante a Consolidação das Leis do Trabalho ter sido editada no Brasil por intermédio do antigo Decreto-Lei n.º 5.452, de 01 de maio de 1943, modalidade de legislação hoje inexistente em nossa Carta Constitucional, de se ressaltar que em razão da natureza de alguns dispositivos alterados pela Lei combatida n.º 13.467/2017, o procedimento a ser adotado para esta empreitada deveria de ter sido outro, **o que evidencia o erro de forma.**

### DA LEGITIMIDADE DA ENTIDADE AUTORA

Conforme o disposto no artigo 103, inciso IX da Constituição Federal e artigo 2.º, inciso IX da Lei n.º 9.868/99, a entidade Autora na qualidade de Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais, devidamente registrada junto ao Ministério do Trabalho e Emprego como entidade sindical de terceiro grau, goza na plenitude de legitimidade para propositura da presente ação.

### DAS RAZÕES PARA PROPOSITURA DA PRESENTE AÇÃO

Com o advento da malfadada reforma trabalhista, levada a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional de maneira totalmente estranha e equivocada, isenta de qualquer participação da sociedade civil brasileira, procedeu-se alteração de uma série de artigos da Consolidação



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

das Leis do Trabalho, através da Lei n.º 13.467 de 2017, nos seguintes dispositivos:

**Artigo 1º, que alterou os artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587, 602 e, Artigo 5.º, alíneas “k” e “L” do inciso I, que revogaram os artigos 601 e 604 da C.L.T. todos constantes da respectiva Lei n.º 13.467/2017.**

Com a *permissa vênia magna* de Vossas Excelências, de se destacar que a malfadada lei supracitada de natureza estritamente ordinária materializa através de seu conteúdo quatro ofensas no enfoque jurídico quando promove mudanças de maneira espúria e equivocada sobre direitos trabalhistas, assim como, no tocante a cobrança da contribuição sindical (imposto sindical), conforme disposto no Capítulo III, Seção I, artigo 578, redação anterior, da nossa Consolidação das Leis do Trabalho, quais sejam:

a) alterou matéria de natureza tributária por meio de Lei Ordinária, afrontando ao que dispõe o artigo 8.º, inciso IV e 149 da Constituição Federal c/c com o artigo 149 do C.T.N.;

b) ao contrário do que preleciona a expressão literal da palavra “imposto sindical” que obriga a todos, conforme estabelece o Capítulo III, Seção I, artigo 578, da C.L.T., transformou um tributo de natureza obrigatória em uma contribuição opcional, facultativa (artigo 3.º C.T.N.);

c) por intermédio da implantação do sistema acima mencionado, passou a tratar os iguais desigualmente criando um modelo discriminatório em razão da opção de contribuir ou não para o custeio das entidades sindicais de onde depende direta ou indiretamente os membros integrantes da categoria profissional;

d) em total afronta ao que dispõe a Lei Complementar n.º 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigo 14 e seguintes, que regulamentam as questões **da renúncia de receita na administração pública**, ao tornar facultativo o pagamento da contribuição sindical o Governo Federal abriu mão de receita tributária sem estabelecer no projeto de lei medidas de compensação pela perda da respectiva receita (imposto sindical), posto que, nos termos do artigo 589 da C.L.T., inciso II, letra ‘e’, redação dada pela Lei n.º 11.648/2008, 10% do montante da arrecadação da contribuição sindical era destinada a conta emprego e salário do Ministério do Trabalho e Emprego, sem se falar da outra modalidade de rateio nos termos do § 3.º, do artigo 590 da C.L.T., cujo montante em sua integralidade era



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

recolhido para a conta especial emprego salário nas localidades onde inexistia entidades sindicais de primeiro grau, grau superior e central sindical;

Todavia, considerando tratar-se de uma contribuição de típica natureza tributaria, conforme demonstraremos a seguir, através da doutrina e do vasto repertório jurisprudencial, qualquer alteração de sua essência não poderia ter sido realizada por intermédio de Projeto de Lei Ordinária, mas sim através de Lei Complementar, considerando a natureza da matéria no tocante a iniciativa para sua modificação que nos termos previsto no artigo 61, § 1.º, letra 'b' da Constituição Federal, é de competência privativa do Presidente da República por intermédio da apresentação de Projeto de Lei Complementar e não de Lei Ordinária, conforme disposto no § único do artigo 59 da C.F..

Ademais, de se ressaltar, Digníssimos Ministros, que no tocante ao aspecto da renúncia da receita publica advinda da contribuição sindical, conforme o disposto na **Lei Complementar n.º 101 de 2000**, artigo 14 e seguintes, *data máxima vênia*, o Governo Federal estava obrigado por força da mencionada Lei, fazer constar do Projeto de Alteração das Leis Trabalhistas a forma de compensação da receita renunciada, *in verbis*:

“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:”

Por tais circunstâncias, denota-se com toda a evidencia que ao transformar uma contribuição obrigatória em contribuição opcional abrindo mão e renunciando receita publica, o Governo Federal alterou de maneira direta a Lei Complementar n.º 101/2000, posto que, no seu projeto de reforma trabalhista não se verifica a existência de planejamento no tocante a compensação pela perda de receita e tão pouco a estimativa do impacto financeiro no exercício dos dois anos seguintes a sua implantação.

### **DA NATUREZA PARAFISCAL DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (IMPOSTO SINDICAL)**

Com efeito, de se ressaltar que a contribuição sindical de natureza tipicamente tributaria, nos termos do artigo 578 da C.L.T., alterado



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

de maneira equivocada e a toque de caixa pela malfadada reforma trabalhista foi instituída através do Decreto Lei n.º 5.452/1943, com a denominação de “IMPOSTO SINDICAL”, desse modo, não há como dar interpretação diferente na expressão literal da palavra “imposto sindical”, o que evidencia a natureza parafiscal da contribuição sindical segundo o entendimento deste próprio Excelso Supremo Tribunal Federal, em vasto repertório jurisprudencial que pedimos *vênia* para abaixo colacioná-los:

“MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTROLE - ENTIDADES SINDICAIS - AUTONOMIA - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. A atividade de controle do Tribunal de Contas da União sobre a atuação das entidades sindicais não representa violação à respectiva autonomia assegurada na Lei Maior. MANDADO DE SEGURANÇA - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - FISCALIZAÇÃO - RESPONSÁVEIS - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - NATUREZA TRIBUTÁRIA - RECEITA PÚBLICA. As contribuições sindicais compulsórias possuem natureza tributária, constituindo receita pública, estando os responsáveis sujeitos à competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União. (MS 28465, publicado em 03/04/2014, Min. Marco Aurélio).

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: NATUREZA JURÍDICA DE TRIBUTO. COMPULSORIEDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE496456, publicado em 21/08/2009, Min. Carmem Lúcia).

EMENTA: Sindicato: contribuição sindical da categoria: recepção. A recepção pela ordem constitucional vigente da contribuição sindical compulsória, prevista no art. 578 CLT e exigível de todos os integrantes da categoria, independentemente de sua filiação ao sindicato resulta do art. 8º, IV, in fine, da Constituição; não obsta à recepção a proclamação, no caput do art. 8º, do princípio



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

da liberdade sindical, que há de ser compreendido a partir dos termos em que a Lei Fundamental a positivou, nos quais a unicidade (art. 8º, II) e a própria contribuição sindical de natureza tributária (art. 8º, IV) - marcas características do modelo corporativista resistente -, dão a medida da sua relatividade (cf. MI 144, Pertence, RTJ 147/868, 874); nem impede a recepção questionada a falta da lei complementar prevista no art. 146, III, CF, à qual alude o art. 149, à vista do disposto no art. 34, §§ 3º e 4º, das Disposições Transitórias (cf. RE 146733, Moreira Alves, RTJ 146/684, 694). (RE180745, publicado em 08/05/1998, Min. Sepulveda Pertence).”

Em sintonia com o entendimento jurisprudencial no tocante a natureza tributária da contribuição sindical, em cujo rateio a união participa como beneficiária, comunga também os nossos doutrinadores.

*Prima facie*, diante de tantas evidências não há como negar que a contribuição sindical possui natureza parafiscal, até mesmo porque, ao longo de anos este Excelso Supremo Tribunal Federal em suas inúmeras decisões expressou este entendimento.

Contribuição Sindical - Barreto Prado, Tratado, pagina 699.

“Não é imposto, mas contribuição compulsória, com finalidade específica que a lei impõe a todos.”

Eduardo Gabriel Saad – Consolidação das Leis do Trabalho Comentada, 45.<sup>a</sup> edição, pagina 478, item 7, Natureza parafiscal da contribuição sindical.

“A contribuição sindical (com a denominação e imposto sindical foi criada por decreto lei que regulamentou o artigo 138 da Carta Constitucional e 1937).”

Geraldo Ataliba, Aliomar Baleeiro, Rui de Barros e outros, sustentam a parafiscalidade da contribuição sindical.



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

“Aceitamos esta conclusão. Não concordamos porem com uma outra - apresentada como coronário daquela - de que o sindicato é uma entidade paraestatal. O fato de o sindicato arrecadar a contribuição sindical não lhe empresta a figura de pessoa jurídica de direito publico.”

**Fabio Fanucchi, Curso de Direito Tributário Brasileiro, edição 1971, volume 2, pagina 175.**

“Na sistemática anterior - embora não relacionados entre os tributos previstos nas constituições anteriores, mas espelhados em dispositivos constitucionais relativos a ordem econômica e social, as contribuições parafiscais tinham o seu lugar no sistema tributário nacional antes da emenda constitucional n.º 18 de 1965. Representadas principalmente pelas de previdência social e pela sindical (a época chamada imperfeitamente de imposto)...”

“SÉRGIO PINTO MARTINS (In Direito do Trabalho, Saraiva, 2017, p. 1104) - A atual contribuição sindical é o antigo imposto sindical. Como imposto, tinha natureza tributária, como espécie do gênero tributo. O Decreto-lei n.º 27, de 14-11-66, acrescentou o art. 217 ao Código Tributário Nacional, mudando a nomenclatura do imposto sindical. Este passou a chamar-se contribuição sindical, mas a mudança em sua nomenclatura não mudou sua natureza jurídica de tributo, pois o que importa é seu fato gerador, nos termos do art. 4º do CTN. A natureza jurídica da contribuição é tributária, pois se encaixa na orientação do art. 149 da Constituição, como uma contribuição de interesse das categorias econômicas e profissionais. A contribuição sindical também se insere na definição de tributo contida no art. 3º do CTN. É uma prestação pecuniária, exigida em moeda. É compulsória, pois independe da vontade da



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

pessoa em contribuição. O art. 545 da CLT mostra que o desconto da contribuição sindical pelo empregador independe da vontade do empregado. Não se constitui em sanção de ato ilícito. É instituída em lei (arts. 578 a 610 da CLT) e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, que é o lançamento, feito pelo fiscal do trabalho (art. 606 e seu § 1º da CLT). Logo a natureza é tributária.” (g.n.)

“MAURÍCIO GODINHO DELGADO (In Curso de Direito do Trabalho, 2009, LTr, p. 1232) - Derivada de lei e incidindo também sobre os trabalhadores não sindicalizados, a receita tem indisfarçável matiz parafiscal.” (g.n.)

“ARNALDO SÜSSEKIND (In Instituições de Direito do Trabalho, Volume II, 1999, LTr, 1153-4.) - Essa contribuição sindical é, a nosso ver, um tributo, reunindo os elementos que a configuram como tal (cf. o art. 3º do CTN). Trata-se de uma contribuição especial, autorizada pela Carga Magna, que Ives Gandra inclui entre as espécies de tributo.”

### **Estabelece ainda o artigo 3.º do Código Tributário Nacional:**

“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (g.n.)

**Nas palavras de HUGO DE BRITO MACHADO (In Curso de Direito Tributário. 33ª edição. São Paulo: Malheiros, 2012, P. 51.), direito tributário é:**

“[...] o ramo do direito que se ocupa das relações entre o Fisco e as pessoas sujeitas a imposições tributárias de qualquer espécie,





## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra os abusos desse poder.”

Já **GABRIEL QUINTANILHA** (In <https://www.direitocom.com/codigo-tributario-nacional-comentado/livro-primeiro-sistema-tributarionacional-do-artigo-2-ao-95/titulo-i-disposicoes-gerais-do-artigo-2-ao-5/artigo-3o-7>, assim define:

A prestação tributária é compulsória, ou seja, a contribuição não pode se eximir da imposição legal. O dever de pagar o tributo independe da vontade quem figura como obrigado (sujeito passivo). É uma obrigação decorrente diretamente da lei, e não, por exemplo, do contrato ou declaração unilateral ou bilateral de vontade. A obrigação tributária não se confunde com a obrigação civil, pois aquela é ex lege e independendo da vontade das partes. Já a obrigação civil, depende da vontade, ou seja, se trata de uma obrigação exvoluntatis.”

Com a *permissa vênia magna* de Vossas Excelências, uma vez demonstrado pela expressão doutrinária de nossos renomados mestres juristas afetos aos ramos do direito do trabalho, tributário e constitucional, alguns pela reminiscência de sua memória, a natureza tributaria da contribuição sindical dentro dos aspectos infraconstitucionais entendemos materialmente evidenciados.

Como se não bastasse o entendimento manifestado por este Excelso Supremo Tribunal Federal, em sintonia com a manifestação doutrinária de nossos renomados mestres e juristas, os nossos Colendos Tribunais inferiores Superior Tribunal de Justiça no tocante a matéria infraconstitucional e Tribunal Superior do Trabalho em matéria trabalhista também tem o seu posicionamento firmado quanto a natureza parafiscal da contribuição sindical, cuja repertório jurisprudencial pedimos *vênia* para abaixo transcrevê-los:

“TRIBUTÁRIO. RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL CONFEDERATIVA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMPULSÓRIA. DIFERENÇAS. INCIDÊNCIA DESSA ÚLTIMA PARA TODOS OS TRABALHADORES DE DETERMINADA CATEGORIA INDEPENDENTEMENTE DE FILIAÇÃO SINDICAL E DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

PÚBLICO CELETISTA OU ESTATUTÁRIO.1. A Carta Constitucional de 1988 trouxe, em seu art. 8º, IV, a previsão para a criação de duas contribuições sindicais distintas, a contribuição para o custeio do sistema confederativo (contribuição confederativa) e a contribuição prevista em lei (contribuição compulsória). 2. A contribuição confederativa é fixada mediante assembleia geral da associação profissional ou sindical e, na conformidade da jurisprudência do STF, tem caráter compulsório apenas para os filiados da entidade, não sendo tributo. Para essa contribuição aplica-se a Súmula n. 666/STF: "A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo". 3. Já a contribuição compulsória é fixada mediante lei por exigência constitucional e, por possuir natureza tributária parafiscal respaldada no art. 149, da CF/88, é compulsória. Sua previsão legal está nos artigos 578 e ss. da CLT, que estabelece: a sua denominação ("imposto sindical"), a sua sujeição passiva ("é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal representada por entidade associativa"), a sua sujeição ativa ("em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, em favor da federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional") e demais critérios da hipótese de incidência. 4. O caso concreto versa sobre a contribuição compulsória ("imposto sindical" ou "contribuição prevista em lei") e não sobre a contribuição confederativa. Sendo assim, há que ser reconhecida a sujeição passiva de todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal representada por entidade associativa, ainda que servidores públicos e ainda que não filiados a entidade sindical. 5. Recursos ordinários providos para conceder o



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

mandado de segurança a fim de determinar que a autoridade impetrada proceda ao desconto anual da contribuição sindical compulsória. (RMS 38416 SP 2012/0126246-5, T2 - SEGUNDA TURMA, DJe 04/09/2013, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES)" (g.n.)

No mesmo sentido vem decidindo o nosso Colendo T.S.T.:

"RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. PRESCRIÇÃO APLICÁVEL. ARTIGO 174 DO CTN . A contribuição sindical, instituída pelo artigo 578 da CLT, detém natureza tributária e parafiscal(art. 149 da CF). Em sendo assim, o prazo de prescrição incidente na espécie deve ser o estipulado no artigo 174 do CTN, que dispõe que para a ação de cobrança do crédito tributário o prazo prescricional será de 5 (cinco) anos. Logo, intacto o disposto no artigo 7.º, XXIX, da Constituição Federal, já que a prescrição incidente não é a trabalhista. ENQUADRAMENTO SINDICAL. ATIVIDADE PREPONDERANTE. COOPERATIVA. Por força do disposto no art. 511 da CLT, é a atividade preponderante da empresa que determina o enquadramento sindical de seus empregados. Com efeito, o Regional empreendeu acurada análise do acervo probatório para a formação de seu convencimento e verificou que, em razão das atividades da Cooperativa - industrialização e comercialização de derivados do leite -, a legitimidade para representar os seus empregados, por se enquadrarem na categoria dos trabalhadores nas indústrias da alimentação, e não das sociedades cooperativas, é do Recorrido. Nesse contexto, para se acolher os argumentos expendidos pela Recorrente, faz-se necessário o reexame da prova dos autos, hipótese inadmissível na esfera extraordinária (Súmula n.º 126 do TST). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL INESPECÍFICA. O aresto colacionado não enseja o processamento do



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

presente Recurso de Revista, uma vez que é inespecífico a luz do disposto na Súmula n.º 296 do TST. No presente autos discute-se a cobrança de contribuição sindical, enquanto o paradigma diz respeito à contribuição assistencial, hipótese diversa da dos autos. Recurso de Revista não conhecido. (RR 333002820085030045 33300- 28.2008.5.03.0045, 4ª Turma, DEJT 13/05/2011. Rel. Maria de Assis Calsing)“

“AGRAVO DE INSTRUMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO BARROS. RECURSO DE REVISTA. REPRESENTAÇÃO SINDICAL DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO BARROS. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. O Pleno do STF referendou liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim no julgamento da Medida Cautelar na ADI 3.395-6/DF, no sentido de que, mesmo após a EC n.º 45/2004, a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar causas instauradas entre o Poder Público e o servidor que a ele seja vinculado por relação jurídico administrativa. A decisão do STF restringiu-se ao inciso I do art. 114 da CF/88 e não se estende à competência fixada no inciso III do mesmo preceito constitucional: “ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores”. Isso porque os incisos são elementos discriminativos do caput do artigo, que contém a norma geral. Os incisos são independentes entre si e enumeram hipóteses ou itens da regra inscrita no caput. Em decorrência dessa regra de técnica legislativa, não se há falar que a suspensão da competência definida no inciso I do art. 114 da CF pelo Supremo Tribunal Federal tenha afetado aquela estabelecida no inciso III, que trata de lides intersindicais, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

empregadores. Observe-se que o inciso III fez expressa diferenciação entre demandas envolvendo sindicatos e trabalhadores e sindicatos e empregadores. Ao utilizar o termo genérico "trabalhadores", o legislador inseriu na competência da Justiça do Trabalho não apenas os empregados - termo específico. Por isso, não se pode acolher o argumento de que esta Justiça Especializada é incompetente para julgar lide entre sindicatos representantes de servidores vinculados ao Poder Público por relação jurídico-administrativa. O art. 114 da CF/1998 não trouxe essa exceção, tampouco a decisão do STF. O inciso III, portanto, deve ser interpretado de forma extensiva, inclusive em consonância com o objetivo da Emenda Constitucional nº 45/2004 de conferir ao Poder Judiciário Trabalhista a competência para as causas dos trabalhadores. Entende-se, nessa linha, que a competência desta Justiça Especializada mantém-se preservada nas ações em que se discutem questões sindicais - por serem lides autônomas, desvinculadas da relação jurídica trabalhista mantida pelo obreiro. Precedentes do STF e desta Dt. 3ª Turma. Agravo de instrumento desprovido. AGRAVO DE INSTRUMENTO DA FEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ. RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. NATUREZA PARAFISCAL EXIGIBILIDADE. Demonstrado no agravo de instrumento que o recurso de revista preenchia os requisitos do art. 896 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento, para melhor análise da arguição de violação do art. 8º, IV, da CF, suscitada no recurso de revista. Agravo de instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL OBRIGATÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTATUTÁRIO. NATUREZA PARAFISCAL EXIGIBILIDADE. A contribuição sindical, prevista no art. 8º, IV, parte final, da CF, e minuciosamente regulamentada pelos arts. 578 a 610 da CLT, constitui receita derivada de lei



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

e recolhida uma única vez, anualmente, em favor do sistema sindical, quer se trate de empregado, profissional liberal ou empregador. Tendo natureza parafiscal, deve tal contribuição ser exigida de todos os trabalhadores da categoria pertinente, incluindo-se, nesse grupo, portanto, os servidores públicos, sejam estes celetistas ou estatutários. Precedentes do colendo STJ. Recurso de revista conhecido e provido. (ARR 6212220125220104, 3ª Turma, DEJT 13/03/2015, Rel. Mauricio Godinho Delgado).” (g.n.)

Em perfeita sintonia entre o entendimento dos nossos tribunais superiores e a doutrina, a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, recentemente, através do Enunciado n.º 47, firmou o seu entendimento na mesma direção quanto a natureza tributária da contribuição sindical e o vício de origem da respectiva reforma trabalhista, no tocante a sua alteração por intermédio de Lei Ordinária.

“Enunciado 47 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL: NATUREZA JURÍDICA TRIBUTÁRIA. NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR PARA SUA ALTERAÇÃO - Contribuição sindical legal (Art. 579 da CLT) Possui natureza jurídica Tributária, conforme consignado no art. 8º C/C Art. 149 do CTN, tratando-se de contribuição parafiscal. Padece de vício de origem a alteração dos Art. 579 da CLT por lei ordinária (Reforma Trabalhista), uma vez que somente Lei Complementar poderá ensejar sua alteração. ANAMATRA, 9 a 10 de outubro de 2017, Brasília DF.(2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho).”

### **DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI N.º 13.467/2017 SEGUNDO SUA FORMA**

Com efeito, de se destacar, *data máxima vênia*, que qualquer matéria de natureza tributária em respeito ao princípio da hierarquia das leis, nos termos do artigo 149 combinado com os artigos 146, inciso III, letra ‘a’ e ‘b’ e 59 § único e 61 § 1.º, letra ‘b’, todos da Constituição Federal, só pode ser alterado por outra lei do mesmo calibre ou eficácia.



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

Com a *permissa vênia* de Vossas Excelências, de se ressaltar que o Governo Federal através de seu projeto de reforma trabalhista ao proceder a alteração do manejo da contribuição sindical, estabelecendo o direito de opção com referencia a um tributo essencialmente de natureza tributária, cujo montante arrecadado integrava a receita da União, o fez por intermédio de simples Lei Ordinária, o que como é cediço, evidencia a sua inconstitucionalidade, considerando que uma lei de natureza ordinária não pode alterar uma lei complementar. No caso em tela a Lei Ordinária n.º 13.467/2017 alterou de maneira direta a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), no **tocante a renúncia de receita pública**, sem, contudo, estabelecer no projeto de lei a forma de compensação dos valores desta renúncia, bem como, a existência da estimativa do impacto financeiro no exercício dos dois anos seguintes a sua implantação.

Desse modo, de se concluir que a Lei n.º 13.467/2017 de natureza ordinária, inferior em sua hierarquia, diante da obrigatoriedade da apresentação pelo executivo de Projeto de Lei Complementar para alteração da matéria, no tocante a modificação da forma de manejo da contribuição sindical, o qual exige quorum qualificado para sua aprovação, em se tratando de regra de natureza tributária, é totalmente inconstitucional.

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO 916.231 PARANÁ -  
RELATORA: MIN. ROSA WEBER -  
RECTE. (S): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ  
- RECTE. (S): CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA -  
RECD. (A/S): PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

**EMENTA - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**  
**- LEI MUNICIPAL TRIBUTÁRIA - COMPETÊNCIA**  
**CONCORRENTE ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO NO**  
**QUE CONCERNE À MATÉRIA TRIBUTÁRIA - AUSÊNCIA**  
**DE PRÉVIO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO -**  
**DIMINUIÇÃO DA RECEITA QUE PODE VIR A**  
**COMPROMETER O EQUILÍBRIO DO ORÇAMENTO**  
**MUNICIPAL - PEDIDO PROCEDENTE.”**

Inobstante ao entendimento desse Excelso Supremo Tribunal Federal no tocante a inexistência de hierarquia entre as Leis Complementar e Ordinária, de se destacar o que preleciona o nosso Código Civil, artigo 166, quanto a validade do ato ou do negócio jurídico que reputa-se nulo quando não cumprida com as formalidades legais.

Se o artigo 14 da Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece a obrigatoriedade da análise do impacto financeiro no orçamento público em



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

face da renúncia de receita, consignando formas de compensação dos valores renunciados, assim como, a existência da estimativa do impacto financeiro no exercício dos dois anos seguintes a sua implantação, qualquer alteração destas regras estabelecidas por Lei Complementar (artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101/2000), denota-se pela sua inconstitucionalidade, vez que, não previu o Governo Federal em seu projeto de reforma trabalhista os meios de compensação da renúncia de receita fiscal, operada pela Lei n.º 13.467/2017.

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL DOS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI N. 8.212/1991. ARTIGO 146, INCISO III, ALÍNEA B, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA TRIBUTÁRIAS. MATÉRIA RESERVADA À LEI COMPLEMENTAR. ARTIGOS 173 E 174 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Constituição da República de 1988 reserva à lei complementar o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre prescrição e decadência, nos termos do art. 146, inciso III, alínea b, in fine, da Constituição da República. Análise histórica da doutrina e da evolução do tema desde a Constituição de 1946. 2. Declaração de inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991, por disporem sobre matéria reservada à lei complementar. 3. Recepcionados pela Constituição da República de 1988 como disposições de lei complementar, subsistem os prazos prescricional e decadencial previstos nos artigos 173 e 174 do Código Tributário Nacional. 4. Declaração de inconstitucionalidade, com efeito ex nunc, salvo para as ações judiciais propostas até 11.6.2008, data em que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/1991. 5. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. (RE559943-RS, DJE 26/09/2008, Ministra Carmem Lúcia)."





## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN. ALÍQUOTA MÍNIMA. ART. 88 DO ADCT. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. NORMAS GERAIS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. USURPAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. DEFINIÇÃO POR LEI MUNICIPAL. CONCEITO DE RECEITA BRUTA DO PREÇO DO SERVIÇO. PRINCÍPIO FEDERATIVO. FEDERALISMO FISCAL. 5. Reveste-se de inconstitucionalidade formal a lei municipal na qual se define base de cálculo em que se excluem os tributos federais relativos à prestação de serviços tributáveis e o valor do bem envolvido em contratos de arrendamento mercantil, por se tratar de matéria com reserva de lei complementar, nos termos do art. 146, III, “a”, da Constituição da República. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental parcialmente conhecida a que se dá procedência com a finalidade de declarar a inconstitucionalidade dos arts. 190, §2º, II; e 191, §6º, II e §7º, da Lei 2.614/97, do Município de Estância Hidromineral de Poá. (ADPF 190 SP. Edson Fachin, 27/04/2017)”

Diante de tantas evidências, a nenhuma outra conclusão podemos chegar senão a de que a Lei n.º 13.467/2017 é inconstitucional no tocante ao seu conteúdo relativo a contribuição sindical, posto que, em se tratando de uma contribuição de natureza parafiscal a sua alteração com **renúncia de receita** só poderia ter ocorrido através de Lei Complementar com previsão de impacto financeiro no orçamento dos anos seguintes a sua implantação, e formas de compensação da receita renunciada, restando, desse modo, claro e incontestável o vício de formalidade.

### **DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM SEDE LIMINAR**

Com todo respeito e acatamento pelos atos emanados desta Excelsa Corte Suprema da Justiça Brasileira, de se ressaltar que os artigos 294 e 300 do NCPC, regulamentam a concessão da tutela provisória em caráter de urgência ou evidência.



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

Com efeito, de se ressaltar que o pedido quanto a concessão da tutela provisória e de urgência levado a Vossas Excelências de forma inquestionável reflete também o prisma no tocante a sua evidencia, considerando que a lei que transforma uma contribuição parafiscal obrigatória em opcional, sem estabelecer forma de compensação no tocante a renúncia de receita, e impacto financeiro no orçamento público dos dois próximos anos a sua implantação, de natureza ordinária, resta evidente e claro os aspectos de sua inconstitucionalidade.

Neste sentido, a luz do acima exposto nenhuma dúvida pode restar quanto à presença dos requisitos essenciais para concessão da liminar acima pleiteada, entre eles o *fumus boni iuris*, notadamente pelos danos a serem causados pela Lei ora combatida no tocante a manutenção das atividades das entidades sindicais em todos os seus níveis, dado o estancamento na obtenção de suas receitas decorrentes do não recolhimento obrigatório da contribuição sindical anual.

Independentemente de tratar-se de uma ação direta de inconstitucionalidade, dado as circunstâncias da questão posta, *data máxima vênia*, resta claro e evidente a existência do *periculum in mora*, especialmente porque o indeferimento da liminar no caso em tela causaria não só a Autora, mas também a toda a organização sindical brasileira, dano de difícil ou até mesmo de impossível reparação, pois as atividades dos sindicatos nacionais dependem economicamente dos valores da contribuição sindical, sendo que, desse modo, não há outra forma de arrecadação, considerando que os atos de sua previsão orçamentária, conforme disposto em regras de seus estatutos compreendendo encargos e obrigações a serem pagas ao longo dos anos, foram totalmente atingidos de modo sorrateiro pela aprovação na velocidade da luz sem qualquer discussão com o setor envolvido de uma lei de caráter eminentemente inconstitucional.

Neste sentido, Excelência, considerando a clarividente presença de elementos que evidenciem o perigo de dano em face do direito da entidade Autora, seja concedida **TUTELA DE URGÊNCIA** nos termos dos artigos 294, 300 e seguintes do NCP, *inaudita altera pars*, liminarmente, para:

**- suspender a eficácia da Lei n.º 13.467/2017 total ou parcial dos dispositivos indicados, com referência a obrigatoriedade do recolhimento da contribuição sindical, aguardando-se pelo julgamento do mérito da presente;**

### DOS PEDIDOS



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

Isto posto e considerando tudo mais que certamente será compreendido pelo notório saber jurídico de Vossas Excelências, com suporte nos ensinamentos doutrinários e entendimentos jurisprudenciais acerca do tema, requer:

a) seja recebida e conhecida a presente ação direta de inconstitucionalidade uma vez submetida ao plenário deste Excelso Supremo Tribunal Federal, para ser julgada procedente no sentido de declarar a inconstitucionalidade no seu total ou em partes da Lei Ordinária n.º 13.467/2017, compreendendo os seguintes artigos:

- Art. 545. “desde que por eles devidamente autorizados”;
- Art. 578. “desde que prévia e expressamente autorizadas”;
- Art. 579. “está condicionado à autorização prévia e expressa”;
- Art. 582. “que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento”;
- Art. 583. “Observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação”;
- Art. 587. “que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical”;
- Art. 602. “e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento”;
- Art. 611-B. [...] XXVI – “sem sua expressa e prévia anuência, qualquer”;
- e o inc. I, alíneas “k” e “l” do Art. 5.º, da mesma norma, que revogou os artigos 601 e 604 da CLT.

b) sejam o Presidente da Republica, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados intimados para prestarem as informações devidas no prazo legal;



## Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais

- c) seja dado vistas da presente ao Advogado Geral da União, assim como, ao Procurador Geral da República para que se manifestem, em decorrência da natureza do processo;
- d) com o julgamento do mérito da presente ação, seja a liminar concedida efetivada tornando-a definitiva com a declaração da inconstitucionalidade da lei n.º 13.467/2017;
- e) julgada procedente a presente ação, requer seja dado ciência do inteiro teor da sentença aos Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que suspenda de imediato a eficácia e a aplicabilidade da lei;

Termos em que,  
P. Deferimento.

Brasília, 26 de janeiro de 2018.

Dr. Jamir J. Menali  
OAB/SP – 47.283

Dr. Rafael Ceroni Succi  
OAB/SP – 266.979